

MULHERES REPRESENTANTES NO CONGRESSO NACIONAL: TRABALHO POLÍTICO, APRESENTAÇÃO DE SI E RITUAIS DE RECONHECIMENTO

REPRESENTATIVE WOMEN IN THE NATIONAL CONGRESS: POLITICIAN WORK, SELF-PRESENTATION AND ACKNOWLEDGE RITUAL

Irllys Alencar F. Barreira*

As inúmeras pesquisas e lutas históricas pela ampliação da participação de mulheres no espaço da política não exime a necessidade de estudos sobre o trabalho efetivado por representantes eleitas nas instâncias do poder institucional. O fato de as mulheres terem “chegado lá”, se de um lado ilustra ruptura com interdições já historicamente conhecidas, de outro suscita a curiosidade de observar a existência de estratégias de organização e de reconhecimento que acompanham o trabalho das parlamentares em cargos de representação política.

A atividade parlamentar implica investimentos, modos de apresentação de si e formas simbólicas de organizar deman-

das. Buscar marcas ou singularidades desse “estar na política” constituiu o ponto de referência deste artigo. O trabalho parlamentar será focado em seu realce mais simbólico, atentando para os seguintes aspectos: modos discursivos de apresentação de si, aqui entendidos pela maneira como as mulheres interpretam sua entrada no Parlamento, o espaço de organização do coletivo “bancada feminina”, e as formas ritualizadas de expor a atuação política de mulheres na história do Congresso. São situações que registram diferentes práticas simbólicas relacionadas à busca de reconhecimento e expressão do trabalho parlamentar.

* Professora titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC – (Fortaleza/CE/BR). Pesquisadora do CNPq. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: irlysfirmo@gmail.com

O presente artigo retoma informações de pesquisa realizada no Congresso Nacional¹, baseando-se também em outros estudos que atentam para problemáticas concernentes ao trabalho político de parlamentares, ao longo da última década.

1. Pesquisando representantes mulheres no Congresso Nacional

O campo da política no Brasil tem no Congresso Nacional a expressão mais significativa da representação, simbolizando o que costuma ser chamado de centro do poder. É a própria existência dessa visibilidade que indica cautela nas observações e registros de investigação para quem nele resolve adentrar fisicamente. Destacam-se, no caso, os “efeitos de lugar”, já formulado por Bourdieu (1993), referindo-se às maneiras de obtenção da informação em situações específicas de pesquisa. No caso do Congresso, tudo se passa como se as falas emanadas do local onde se produz e se difunde cotidianamente decisões políticas, só se explicitassem na revelação de conteúdos declarados por porta-vozes. A instância performática da fala como ato, já identificada por Austin (1990), teria uma comprovação nítida, pois o político ou a política “não joga conversa fora”, fazendo do seu dizer um instrumento cons-

tante de posicionamento e defesa de causas. A tarefa de “desarmar” discursos calculados constituiu, portanto, um dos imperativos da pesquisa, em busca de superar as tendências de as representantes elaborarem uma “apresentação de si”, baseada no desempenho exemplar de seu trabalho.

A justificativa dada para entrevistados e assessores foi a de que a investigação visava compreender e observar percursos de representantes mulheres, registrando modos de trabalho, maneiras de agenciar demandas e ampliar adesões. A pesquisa realizada no Congresso baseou-se em entrevistas² feitas com representantes deputadas federais de variadas inserções partidárias, com mandatos vigentes nos períodos 2003-2006 e 2011-2015, incluindo também senadoras eleitas para o período 2003-2011.

A velocidade das atividades parlamentares, face às demandas de uma conversa não movida pelos imperativos das reuniões de trabalho, revelava outra dificuldade oriunda dos “efeitos de lugar”. De fato, acessar informantes, frequentemente divididas entre afazeres de comissões, reuniões de frentes parlamentares e plenárias, tornou a pesquisa um exercício contínuo de paciência e busca de caminhos alternativos para lidar com a descontinuidade na coleta de informações. A “boa vontade” de assessores, com vistas a compensar as agendas não cumpridas de

1. A pesquisa que dá subsídios ao presente texto foi feita em parceria com Danyelle Nilin Gonçalves. Iniciada em 2006, foi retomada, com financiamento de edital do CNPq, no período 2010-2013. Uma versão inicial da pesquisa foi apresentada no 30º Encontro Anual da ANPOCS, de 24 a 28 de outubro de 2006, com o título Lideranças Femininas no Congresso Nacional: performances, valores e *habitus*, no GT 11 – Mídia, Política e Opinião Pública.

2. Em 2006 foram feitas 9 entrevistas com deputadas federais, 7 entrevistas com senadoras, 2 entrevistas com assessoras parlamentares e uma entrevista com o presidente da mesa diretora da Câmara. No período 2011- 2013 foram realizadas 14 entrevistas com deputadas federais, das quais 9 eram estreantes no mandato, sendo 5 reeleitas. Em ambos os momentos, foram abordadas as seguintes questões: trajetória política, visões sobre o trabalho de representação no Congresso Nacional, participação em comissões e formas de atuar na “bancada feminina”.

marcação de entrevistas, se expressava na tentativa de obterem as perguntas previamente, induzindo a argumentação contrária de que era necessário “conversar pessoalmente com as deputadas”. Por outro lado, a entrevista sociológica disputava com a demanda de informação jornalística, ressaltando-se que parlamentares eram seguidamente solicitadas na saída de plenárias e reuniões para o registro de opiniões sobre temas candentes, associados a posições partidárias sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Interesses em divulgar ou omitir informações permeavam o ambiente do Congresso, tendo em vista os investimentos discursivos que comumente cerceiam processo de construção da opinião pública (CHAMPAGNE, 1990). O ritmo mais lento do recurso etnográfico da pesquisa produzia uma quebra no circuito intenso de declarações ressoadas dentro e fora do ambiente parlamentar. A escuta se fazia de forma combinada, associando entrevistas semidiretivas com demanda de informações sobre trajetórias e percepções sobre o trabalho no Congresso. Emergiram, no contexto da pesquisa, representações de teor mais subjetivo referentes à condição da mulher na política, a natureza do trabalho parlamentar, as dificuldades de conciliar vida pessoal e vida pública etc.

A sugestão de encontros nos cafés das plenárias, como alternativa às entrevistas realizadas em gabinetes, revela que as oportunidades disponíveis se impunham pa-

ra além das formas idealizadas de obtenção de informação. A notícia de que a deputada se encontrava em algum lugar da “casa” era parte de uma dinâmica de aproveitamento das ocasiões.

O uso da entrevista – sem abdicar do cuidado no sentido socioantropológico mais amplo que orientou a pesquisa –, em seus vários momentos era, por vezes, uma atividade de intervalo. O princípio da informação obtida nas “condições possíveis” induziu à feitura de um diário de campo, valorizando, em acréscimo, a observação do espaço pesquisado. Assim, foram acompanhados os movimentos de “ir e vir” das representantes, a dinâmica de trabalho nos gabinetes, enfim, o modo de fazer política em um lugar marcado pelo exercício permanente da palavra. As idas aos gabinetes sem a presença das parlamentares permitiu achados de pesquisa, apontando a dinâmica de funcionamento das atividades desde a preparação da chegada da representante. A observação do Congresso “morto”, nas segundas e sextas-feira, atestava distintas formas de organização das agendas segundo as prioridades.

A perspectiva de incluir diferentes partidos e contemplar o universo de posições ideológicas guiou o plano da investigação, dando substância às informações obtidas³. A análise de documentos, *sites* da Câmara e do Senado, e relatórios referentes ao trabalho em comissões, assistência a plenárias, e

3. A organização da agenda de pesquisa implicava em contatos feitos através de e-mails e telefone. Aos assessores, elementos fundamentais do contato inicial, eram explicados os objetivos da pesquisa, ressaltando-se o caráter científico da investigação financiada pelo CNPq, o que provocava aceitação quase unânime e interesse em colaborar na concessão de dados. Mencionar as deputadas já entrevistadas era também um aspecto relevante de legitimação da pesquisa, criando entre as demais uma espécie de “obrigação” de contribuir para a coleta geral dos dados. Ressalta-se o fato de que as deputadas estreantes demonstravam maior interesse na entrevista, o que poderia ser interpretado como uma busca de reconhecimento e visibilidade que se impunham, desde o início do mandato parlamentar.

demais documentos biográficos referentes à presença de mulheres no espaço parlamentar, foram complementando as lacunas de uma pesquisa, de natureza mais qualitativa e de teor etnográfico capaz de identificar a rede de relações e alianças políticas permeadas por sentidos de pertença.

O presente artigo retoma parte das informações coletadas, focando aspectos simbólicos e organizativos do trabalho parlamentar, conforme as questões anteriormente explicitadas.

Algumas formulações de teor metodológico merecem ser tratadas como porta de entrada para pensar nas articulações entre gênero e política.

As divisões a partir das quais se pensa normalmente o campo político – tais como direita, esquerda e centro –, podem adquirir outras complexidades quando se olha o modo como se instituem identidades em torno de projetos e coletivos, atravessadas por lutas simbólicas e buscas de legitimação. A existência de frentes parlamentares, de alianças voltadas para interesses específicos de mulheres (direitos à saúde, trabalho e proteção social, violência, entre outros), assim como os rituais de afirmação voltados para ampliar e valorizar a presença de mulheres, constituem uma importante via de observação das dinâmicas sociopolíticas e simbólicas que se efetivam no Congresso Nacional.

Refletir sobre o significado da presença de representantes mulheres no cenário político exige também um questionamento sobre eventuais predefinições que orientam a temática. O próprio teor da investigação sus-

cita uma indagação sobre o recorte do objeto, presumindo-se a improcedência de uma pesquisa que tomasse por referência a participação masculina na política. Sendo em função de uma presença de mulheres, numericamente escassa, que se impõe à problemática, os riscos da abordagem referem-se inicialmente ao enaltecimento de características “femininas”, consideradas imprescindíveis para o desempenho da política. As interpretações sobre a participação de mulheres na política podem padecer de uma espécie de “síndrome positiva da exclusão”, figurada na tentativa de transformar o que é numericamente inferior, no campo da política, em qualitativamente superior. Refiro-me aqui às alusões ao *poder feminino*, como encarnação da democracia, expressivas de versões idealizadas sobre um desempenho tido como naturalmente positivo e capaz de modificações nos espaços institucionalizados da política. Transfere-se, com tal horizonte, a versão de uma “natureza feminina” consagrada no senso comum, para o espaço de práticas políticas tornadas virtuosas em si mesmas, colaborando para reiterar o que foi nomeado de “política do desvelo” (MIGUEL, 2001). As campanhas políticas⁴ de candidatas mulheres, não raro, lançam mão de argumentos referentes a virtudes femininas consideradas imprescindíveis para uma proposta de renovação no campo da política.

A escassez numérica de representantes mulheres, já refletida em pesquisas, (ARAUJO, 2001; EUSTAQUIO, 2012) ganha, no entanto, significação se a ela agregamos o fato de que o Congresso Nacional é composto de

4. As reflexões deste artigo circunscrevem-se a outras incursões temáticas desenvolvidas anteriormente pelo Núcleo de Antropologia da Política (PRONEX) em torno do registro de experiências etnográficas sobre a esfera da política. É nessa perspectiva que desenvolvi, em vários aportes etnográficos, reflexões sobre a participação de mulheres no universo da representação política. Em tais circunstâncias, explorei aspectos simbólicos – presentes nos discursos e propagandas eleitorais –, expressivos do modo como mulheres buscavam formas de reconhecimento no cenário público (BARREIRA, 2008).

múltiplas divisões internas de poder, dando sentido à análise sobre espaços específicos de trabalho político de mulheres, estratégias de representação e modos individuais ou coletivos de se fazerem reconhecer.

Esses desafios colocam para o pesquisador, e mais ainda para a pesquisadora, a necessidade de ultrapassar também desafios pré-construídos existentes, no escopo de uma investigação sobre o trabalho político de mulheres no Parlamento. No entanto, supondo-se que a parcialidade é uma das questões inerentes ao ato de toda e qualquer investigação, torna-se salutar, em pesquisas sobre essa temática, como lembra Lagrave (1990), a tarefa de tomar por objeto o jogo e as articulações que comandam as estratégias dos agentes engajados no interior do espaço a ser investigado. Nessa rota inspiradora foi se delineando a seguinte questão que norteou parte da pesquisa: como as mulheres dão sentido à política, através do trabalho individual ou coletivo, realçando variados modos de reconhecimento e apresentação de si, no Congresso Nacional?

A abordagem aqui proposta subtende também a percepção do campo político como um espaço plural e dinâmico, conforme pensou Bourdieu (1989), fazendo emergir formas peculiares de apresentação e participação de candidatas mulheres. Trata-se de um coletivo diverso, móvel e estratégico, conforme será observado no caso da bancada feminina.

Se o campo político é um espaço diferenciado de representações que ultrapassam as dicotomias masculino/feminino, ao mesmo tempo também suscita reflexões sobre as formas simbólicas de enunciação discursivas implicadas nas práticas políticas de

mulheres representantes no Congresso Nacional. É importante ainda, conceber a participação de mulheres representantes políticas em sua expressão plural, evitando trabalhar com o conceito de mulher como unidade social, o que poderia levar a afirmações do tipo “a mulher age na política” ou “a mulher pensa a política...”.

As representantes pesquisadas possuem experiências variadas de capital político e capital simbólico, construídos com base em distintas trajetórias. Assim, saltando-se de uma evidência sobre a importância da participação das mulheres na política, torna-se óbvia por argumentos de ordem estatística e consagrada de antemão como pressuposto, é preciso indagar sobre os momentos de diferenciação ou afirmação de coletivos de identidade de gênero. É o caso da bancada feminina, dos ritos de comemoração que homenageiam a presença de mulheres no Parlamento e das demandas que as tocam diretamente, supondo estratégias específicas de agenciamento, organização e expressividade do trabalho político.

2. O trabalho parlamentar: apresentação de si e reconhecimento

As atividades parlamentares, de modo amplo, possuem diferentes formas de visibilidade traduzidas em um espaço público dotado de retóricas permanentes e depoimentos sobre temas da ordem do dia. Nas dependências do Congresso, é possível observar falas expostas em monitores, situados em lugares estratégicos, a exemplo da divulgação de plenárias e depoimentos de deputadas e senadoras concedidos a jornalistas em função de ocorrências polêmicas⁵.

5. No período pesquisado, o “clima político” de denúncias contra o “mensalão” originou a uma série de reuniões interpartidárias, modificando a disponibilidade de tempo das entrevistas agendadas.

O trabalho político é aqui tratado por meio do conjunto de atividades desempenhadas por representantes que contribuem, de forma direta ou indireta, para o incremento de capital simbólico, acionando crenças, opiniões, adesões e formas de reconhecimento dentro e fora da ambiência parlamentar. Assim, relações que se deslocam em conversas, reuniões de comissão, plenárias, atividades de gabinete e eventos integram as expressões cotidianas do trabalho político.

Além da apresentação mais visível de representantes, há também a existência de atividades de bastidores que servem de suporte ao representante. Um corpo de profissionais técnicos atua nos gabinetes e demais locais do Congresso, onde ocorrem reuniões e eventos próprios do cotidiano parlamentar: são profissionais que regulam o tempo, passam os informes, protegem as representantes dos “assédios de jornalistas” e tornam possível o deslocar das mesmas em diferentes espaços.

As tarefas concretas de agenda presumem também a regulação das mobilidades entre o Congresso e o local de origem das representantes. As prioridades implicam escolhas de convites e presença em reuniões consideradas irrecusáveis, sob pena das parlamentares perderem oportunidades de ampliar espaços de atuação. É o caso das plenárias, participação ou coordenação de comissões que demandam questões que estão na ordem do dia, ou dizem respeito diretamente ao tema de especialidade da representante.

A entrada ainda escassa de representantes mulheres é fato sempre ressaltado nos discursos de deputadas e senadoras, induzindo o registro de práticas inaugurais como forma de apresentação de si, que denominei em pesquisas anteriores por *biografia pioneira* (BARREIRA, 2001), referindo-me à

ênfase emprestada à ocupação inaugural de cargos. Em campanhas eleitorais, em declarações públicas e em diversas situações nas quais são enunciadas trajetórias de mulheres, essa formulação torna-se presente, sendo reiterada desde a entrada de mulheres no Congresso Nacional:

Pela primeira vez, uma mulher, filha do Estado, foi eleita a senadora mais votada. (Senadora Fátima Cleide, PT/Rondônia, entrevista feita em 14 mar. 2006)

Fui a primeira mulher eleita senadora no Estado. (Senadora Heloisa Helena, P-Sol/Alagoas, entrevista realizada em 28/4/2006)

O PV do Paraná me elegeu como primeira deputada estadual do Partido e depois a primeira mulher deputada federal pelo Partido. (Deputada Federal Rosane Ferreira, PV/Paraná, entrevista concedida em 20/6/2012)

O discurso pioneiro traduz a peculiaridade afirmativa da presença feminina, fazendo emergir o símbolo da conquista – o realce de “haver chegado lá”. Realce que não supõe apenas um acréscimo numérico ao conjunto, produzindo também o sentido da “responsabilidade” e consequente necessidade de honrar o mérito obtido na conquista do cargo.

As atividades parlamentares, em uma formulação mais ampla, são precedidas de ocupações prévias de cargos a partir dos quais é possível observar uma “carreira” anterior ao processo de chegada ao Congresso. O “chegar lá”, segundo depoimento de muitas representantes, traz implícito um nexos lógico encadeado de ações capazes de dar sentido ao percurso cumulativo de capital político. A ocupação política de cargos é vista como resultado de um caminho linear, para militantes, percebido também como cheio de sacrifí-

cios, sobretudo para aquelas que avaliam as obrigações da tarefa de representação fazendo uma contabilidade da função em termos de ganhos e perdas. Observa-se, em acréscimo, que a participação política institucional nem sempre é vista pelas representantes como algo previamente planejado. Diferente de investimentos profissionais, perseguidos mais veementemente com base em um projeto calculado, a “carreira política” pode ser percebida como situação casual, demanda de compromisso dos movimentos ou deveres assumidos junto a partidos: “foi preciso muita insistência para eu ser candidata” (Senadora Ana Júlia, PT, entrevista já referida).

Outras percepções apresentam a ocupação do cargo como “missão”, ou antes, consequência de investimentos baseados em doação ou desprendimento – o colocar-se acima de interesses pessoais. Isso é particularmente forte em representantes oriundas de movimentos sociais ou defensoras de causas partidárias: “Eu sou um ser político por natureza, venho de uma família que nunca teve ninguém que tenha ocupado um cargo político eletivo, mas era um povo muito politizado”. (Senadora Fátima Cleide PT Rio, entrevista já referida).

Nas formas de apresentação de si, aparecem também trajetórias baseadas em traços de personalidade atinentes a valores altruístas que apontam “preocupação com outros”. Valores também precoces quando presentes na frase “desde pequena...”, patenteadando um sentido de aptidão que conecta a relação entre profissão política e capacidades individuais cultivadas ao longo do tempo. Trata-se de argumento que corrobora com a *illusio* de Bourdieu (2013), a respeito da biografia como exemplo de uma construção arbitrária feita *a posteriori*⁶.

Destacam-se, ainda, indicações referentes à percepção de uma trajetória política feita na ocupação encadeada de cargos, fato que não impede a versão das dificuldades de realizar ruptura entre uma política sindical ou “junto às bases” e a representação institucional no âmbito do Governo Federal, tal como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

Eu me recusei a ser candidata em vários momentos... Foi preciso muita insistência para eu ser candidata. (Senadora Ana Júlia, PT/Pará, entrevista feita em 6/ 4/ 2006)

A minha maior ousadia era ser presidente do sindicato. Eu não queria nem ser vereadora, mas saí do encontro como secretária de formação política do PT e como candidata ao Senado. Aí eu tomei uma decisão para a minha vida. A partir de agora eu vou assumir os meus caminhos... Meu slogan era *para o Senado avisa lá que eu vou*. (Senadora Fátima Cleide, PT/Acre, entrevista já referida)

[...] O partido me consultou da possibilidade de eu ser candidata a deputada estadual e devolver a legenda à Assembléia depois de quarenta anos de ilegalidade. Eu confesso que fiquei com muito conflito porque eu sabia que essa opção poderia me retirar da prática médica que eu sempre gostei muito, mas às vezes não tem muita volta. Quando você entra na luta parlamentar é mais difícil de retornar (Jandira Feghali, Deputada, PC do B/Rio de Janeiro, entrevista feita em 17/ 3/ 2006)

Eu já era presidente estadual do PC do B, aí depois veio o convite para eu ser candidata a Deputada Federal. Deus me livre! Eu cho-

6. Para uma reflexão sobre os usos da biografia em pesquisas nas ciencias sociais, ver Reis e Barreira, 2018.

rei desesperadamente porque eu nem queria conversa com isso, eu já tinha meu segundo filho e ele estava mamando. Para mim aquilo foi muito forte. (Deputada Perpétua Almeida, PC do B/Acre, entrevista feita em 16/ 3 / 2006)

Algumas vezes a entrada na política revela uma opção tardia de passagem dos bastidores à cena, tal como se revela na fala a seguir:

Pela primeira vez, tenho um mandato popular, mas nunca deixei de trabalhar na política. Meu pai era político, depois me casei com deputado que já foi federal por três mandatos. Eu vivenciava a política nos bastidores, acompanhando [...] a princípio você descobre um mundo novo; é um desafio e você se pergunta, meu Deus será que eu dou conta? (Nilda Gondim, PMDB, entrevista feita em 27/2/ 2013)

Os depoimentos apontam diferentes narrativas sobre a trajetória política de representantes mulheres, notabilizando modos diversos de chegada ao Congresso e distintas formas de capital social. O sentido de pioneirismo, incorporado em muitos discursos, indica rupturas, ousadias, recusas, ou insistências: caminhos sinuosos para galgar um espaço de representação no Congresso Nacional.

Outras pesquisas agregam elementos à reflexão. Pinto e Silveira (2018), analisando a carreira política de mulheres no Legislativo, em três ou mais vezes no âmbito estadual e federal, observam que mesmo em cenário adverso é possível às mulheres empreenderem carreiras. Trajetórias longevas, tal como analisadas pelas autoras, demonstram, não obstante a variação, uma regularidade de investimentos e acumulações su-

cessivas de capital político. As representantes tiveram uma vida pública relevante antes de se elegerem deputadas: foram líderes estudantis, ocuparam cargos em sindicatos, tornaram-se vereadoras ou prefeitas. Elas romperam a barreira do mundo privado e venceram porque lutaram na arena masculina com as armas e valores de liderança desse espaço. Essa forma de entrada, pontuam as autoras, revela inclusive a dificuldade do sistema político de abrir espaço diferenciado para novas formas de entrada no campo. Somente as mulheres que fizeram trajetórias tradicionais tiveram efetivamente carreiras sólidas. A transferência de trabalho e experiência para o campo da política supõe, assim, tanto investimento como experiência. É possível também acrescentar a esses fatores a existência de um autorizar-se a exercer a “ousadia”. O discurso do pioneirismo aponta uma linha de ultrapassagem que se alimenta da própria escassez numérica, tornando as representantes portadoras de um capital simbólico de ruptura. É importante considerar também o peso favorável de conjunturas, como a “era PT” que viabilizou a presença de representantes oriundas de movimentos sociais com ascensão rápida na carreira, fazendo convergir oportunidades conjunturais e partidárias.

A presença de mulheres na política pode também ser observada através da trajetória de representantes que se tornaram profissionais integrantes de uma elite. Analisando perfis e inserções de oito parlamentares brasileiras, Reis (2014) pontua a excepcionalidade da situação, verificando os recursos culturais e simbólicos dos quais as mesmas dispõem, tornando-as capazes de realizar a ultrapassagem de barreiras. Trata-se de mulheres, profissionais da política, que foram vereadoras, deputadas estaduais e federais, assumindo cargos de vice-liderança

e liderança de partidos. Essas representantes raras, que alcançaram posições no topo da hierarquia política, comportariam a condição de serem “mulheres na política”, acumulando e redefinindo identificações e articulando-se em identidades coletivas capazes de ganhar espaços, sem fugir dos constrangimentos do jogo político e do jogo de gênero. As notabilidades adquiridas no espaço público revelam-se em atuações como professoras, comunicadoras, militantes e escritoras – funções capazes de ampliar espaços de reconhecimento.

A continuidade do percurso no Congresso demanda, ainda, incremento permanente de capital político e busca de reconhecimento entre pares. As comissões, os acertos de bastidores e a apresentação pública nas plenárias instituem um conjunto de atividades que perpassa o cotidiano da atuação no Parlamento. As ações promovem alianças, disputas por aprovação de emendas, atuação e visibilidade nas plenárias, enfim, o modo como cada representante se posiciona nesse espaço de afirmação e conquista de reconhecimento.

Tampouco o trabalho parlamentar se reduz ao local do Congresso. Durante a pesquisa, ficou constatado que as parlamentares têm escritórios em seus estados, destinando parte de suas verbas para a manutenção de gabinetes. Isso não exclui a possibilidade da presença de “eleitores” que se dirigem a Brasília para fazerem pedidos de medicamentos e consultas, além de empregos.

Os gabinetes expressam uma organização simbólica do espaço, assumindo uma forma de exposição, por imagens, do trabalho de representação. As fotos da localidade da representante, as situações emblemáticas de determinados apoios a segmentos sociais e os registros da “deputada ou senadora em

ação” tornam os gabinetes espécies de cartão postal de parlamentares. Se o Congresso em sua espacialidade extensa (salas, local de plenárias e salas de reunião) evoca o momento das formas coletivas de exercício do trabalho político, os gabinetes são a “casa de cada uma”, lugar de formar agendas e receber visitantes, mas também apresentar-se e se fazer reconhecer frente aos demais. A apresentação dos “feitos” registrados em panfletos, livros e emendas, frequentemente mostrados por chefes de gabinete a visitantes, evidencia o desejo de dar publicidade ao trabalho político da parlamentar.

A manutenção das bases implica o reconhecimento de demandas localizadas, o que leva a pensar sobre o trabalho de representação como algo permanente onde nada substitui a presença do político. Sobre tudo para as representantes vinculadas a movimentos sociais o princípio de mobilidade necessária ao contato com eleitores aparece como tarefa permanente.

Se as atividades que permeiam o trabalho político no Parlamento são comuns a todos os representantes, destacam-se, no caso específico das parlamentares mulheres, estratégias várias para conciliar o mundo privado (filhos, casamento e casa) com as atividades da esfera pública. Algumas entrevistadas, sobretudo mães de crianças na primeira infância, citaram exemplos comprobatórios das dificuldades de adequar trabalho político e obrigações familiares, referindo-se também a outras parlamentares em situação semelhante. Foi recorrente, nas falas, as dificuldades em ampliar as articulações políticas que exigiriam mais tempo de estadia no Congresso para além da concentração de atividades no meio da semana. Adaptações estratégicas e testemunhos das dificuldades perpassam o conjunto de tarefas, conforme depoimentos a seguir:

Eu vejo as deputadas administrando a casa por telefone, dando ordem para os filhos. Eu nunca vi um deputado fazendo isso. Acho que o homem veste o paletó e vem para cá e não se preocupa com o que está acontecendo lá. Algumas mulheres trazem o filho para morar aqui. (Deputada Iara Bernardi, PT/São Paulo, entrevista feita em 6 abr. 2006)

Eu vou e volto toda semana, a família está no Rio. E também é importante que você estabeleça permanentemente o contato com o seu estado que é o que te elege e precisa saber o que você está fazendo. Então usamos bem a *internet*. Eu vejo que os homens se movimentam, as mulheres se movimentam, agora eu não tenho dúvidas de que o preço pessoal a pagar nosso é muito mais elevado. Eu tenho um filho de 4 anos e uma filha de 13. Eu fiz a campanha amamentando. Eu não fazia debates à noite porque tinha que botar ele para dormir no peito. Não saía de manhã antes da 7h, para deixar ele acordar e mamar. Quando ia para o interior levava berço, bolsa e babá. (Deputada Federal Jandira Feghali, PC do B/Rio de Janeiro, deputada federal, entrevista já referida)

Eu, na verdade, não soube conciliar. Eu sou assim, a minha característica é atirar e entrar no mundo de cabeça, seja qual for. Quando eu entrei na política, eu deixei muito as atividades familiares, e meus filhos se ressentiram, eles reclamavam muito. (Deputada Célia Rocha, PTB/Alagoas, entrevista realizada em 27 mar. 2013)

As dificuldades de gerir o cotidiano doméstico fundamentam a hipótese da histórica e naturalizada divisão do trabalho familiar, considerando-se ainda que as atividades parlamentares demandam uma mudança de local de moradia. Em várias ocasiões,

as mulheres faziam referência a obstáculos relativos às tarefas domésticas, sobretudo em se tratando da educação dos filhos.

As interdições no prosseguimento de carreiras políticas, aliadas às obrigações domésticas, são reconhecidas em muitos argumentos que citam a disparidade na ocupação de cargos de representação. As medidas de proteção, como as cotas, representam um mecanismo compensatório, embora seus resultados estejam aquém do esperado (ARAUJO, 2001; ALVES, 2008).

Atributos considerados naturais são, no entanto, reveladores de papéis portadores de qualidades consideradas positivas ou negativas para o desempenho das funções políticas. A longa interdição feita às mulheres para participar da política supõe a supremacia do papel doméstico sobre os demais, o que as tornava incapazes para o exercício das atividades públicas. A esse respeito, é importante lembrar as considerações de Bailey (1971) quando este observa que toda estrutura política possui regras variáveis, referentes a qualidades consideradas necessárias para que alguém desempenhe um papel político. São qualidades que costumam incluir atributos naturais, tais como sexo, idade e cor, ao lado de outras relativas à experiência política, riqueza e educação.

No âmbito do Congresso, a divisão do trabalho entre gênero se expressa nas formas variadas de participação. A pesquisa de Miguel e Feitosa (2009), feita no período 1999/2006, sobre a atuação de parlamentares mulheres em comissões traz elementos importantes à reflexão. A investigação registrou nominalmente as intervenções parlamentares em plenárias e comissões por temáticas, concluindo que o discurso na Câmara dos Deputados é principalmente masculino. Constatam os pesquisadores, que os mecanismos de socialização de gênero ocupam uma

posição central na conformação das práticas políticas de mulheres, por conta da afirmação do espaço público como território exclusivo dos homens. A afirmação de que as mulheres optam por trabalhar no Congresso em temáticas correspondentes a seus desempenhos tradicionais precisa, no entanto, ser relativizada, considerando-se que os papéis anteriormente ocupados por elas – tais como educadoras ou atuantes em políticas públicas específicas, ligadas a saúde ou meio ambiente –, terminam criando especialidades que se reproduzem no campo da política⁷.

Aos investimentos no desempenho individual do trabalho político das parlamentares, somam-se formas de protagonismo que se processam através do coletivo denominado bancada feminina. Trata-se de um espaço de agenciamentos de representantes mulheres, organizado no difícil equilíbrio estratégico entre identidades partidárias e solidariedade de gênero.

3. Bancada feminina – o trabalho político como coletivo

Se a política nas suas formas de representação é feita de práticas relacionais, o espaço ocupado por representantes mulheres no Congresso Nacional não se apresenta diferente, efetivando-se, no interior de sociabilidades caracterizadas por disputas, frentes parlamentares de atuação e representação típicas de um domínio social⁸. Integrar um coletivo cuja referência baseia-se na condição de gênero impõe, no entanto,

especificidades ou modos de atuação tensionados por supostos ideológicos partidários. Trata-se de pensar no modo como a bancada feminina constrói seu trabalho político, movendo-se entre causas específicas e/ou universais.

O termo bancada feminina, utilizado para traduzir uma das formas de trabalho conjunto das mulheres na política, é carregado de indícios performáticos, compreendendo, desde um sentido naturalizado atribuído simplesmente à condição de gênero (referindo-se ao universo de representantes mulheres), até um coletivo com regras de adesão e formas instituídas de funcionamento.

A bancada feminina tem como pressuposto uma prática suprapartidária, diferente da realizada por outros agrupamentos e alianças que operam na política parlamentar cotidiana. As referências diferenciadas ao uso do coletivo podem ser vistas nos depoimentos a seguir:

O conceito de *bancada feminina* pegou, embora sejamos muito poucas, em um universo de 513 parlamentares. Mas acho que é uma bancada que vem crescendo em qualidade porque temos deputadas de mais de um mandato, pessoas experientes com as quais temos aprendido muito. Acho que a bancada tem conseguido colocar as divergências partidárias de lado, quando o que está em discussão são assuntos que dizem respeito à vida das mulheres. (Dep. Federal Fátima Bezerra, PT/Rio Grande do Norte, entrevista feita em 15 mar. 2006)

7. A participação em comissões está muitas vezes relacionada a uma formação intelectual em áreas específicas e associada ao desempenho profissional anterior ao cargo de representação. Assim, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, por exemplo, a presença maior de mulheres associa-se a atividades desempenhadas antes da chegada ao Congresso.

8. Para uma reflexão sobre a percepção do Congresso Nacional como um domínio social, ver a dissertação de Costa (1980).

A bancada pode exprimir uma força compensatória capaz de dar sentido coletivo a demandas e reforçar projetos: “Nós somos menos de 9% na Câmara, o que é ridículo, mas isso é de alguma forma compensado pela atuação unitária da *bancada* que consegue aprovar projetos que dizem respeito às mulheres” (Dep. Luiza Erundina, PSB/São Paulo, entrevista feita em 5 abr. 2006).

Do ponto de vista formal, a bancada feminina funciona como uma organização oficial do Congresso Nacional – exclusiva de parlamentares mulheres, atuando de diferentes maneiras nos espaços de poder. Possui agenda específica, abordando um elenco de reivindicações políticas e bandeira de lutas. Como um coletivo distintivo, consagra sua legitimidade parlamentar através da simbologia de gênero, reforçando um princípio associativo, tal como pode ser verificado em notícia publicada pela Câmara dos Deputados “A bancada feminina se reúne hoje, em almoço às 12,30 para discutir propostas consideradas prioritárias. As deputadas vão escolher cinco projetos que estão prontos para entrar na pauta do plenário e sofrer-los ao presidente da Câmara Marco Maia” (disponível em camara.leg.br/busca-portal, *Bancada feminina escolhe cinco projetos prioritários*, agência 10/08/2011).

Percebe-se que as parlamentares conseguem, através dessa forma de organização, dar visibilidade a causas e compromissos, apontando uma agenda que articula interesses temáticos e políticas públicas de feição mais ampla, a exemplo das demandas de prevenção à violência. Trata-se de questão recentemente reiterada em pronunciamentos sobre a violência, que integrará a pauta da próxima legislatura⁹.

Formas também diferenciadas de organizar estratégias caracterizam a atuação da bancada feminina, identificando-se posicionamentos diversos acerca de sua função. O primeiro, refere-se ao sentido de pensá-la como estratégia, um espaço para instituir e regular interesses específicos de representantes mulheres, podendo também somar-se a outras causas e benefícios gerais. A rejeição ao princípio de bancada marca um segundo posicionamento, que critica a potencial cristalização de temas exclusivos ao gênero, supostamente reprodutores de nichos que repercutem em formas veladas de discriminação. Um terceiro ponto de vista, percebe a bancada feminina como um coletivo naturalmente instituído, tendo em vista o fato de as mulheres portarem visões de mundo e sensibilidades diferentes de seus colegas representantes. Trata-se de uma formalização naturalizada de papéis sociais, que concebe as diferenças de gênero em uma relação direta com os modos de pensar e agir das parlamentares.

A existência de uma bancada evoca também a temática da representação e o modo como se revelam dimensões variadas de organização no Congresso Nacional. Nos rituais de homenagem à mulher, ou em situações de votação de matérias consideradas específicas das mulheres, a bancada feminina é mencionada, atestando a plasticidade do seu emprego.

Algumas vezes, as reuniões da bancada aconteciam com objetivos de resolver pendências administrativas, tendo em vista dar posse a um cargo ou organizar encaminhamento oficial de uma proposta. No entanto, independentemente do caráter das reuniões, muitos encontros terminavam se tornan-

9. Cf. reportagem difundida em 8/10/2018, de Lara Haje, com edição de Márcia Becker, “Bancada feminina na Câmara sobre de 51 para 77”. Camara.leg.br/noticias, consulta feita em 5 abr. 2019.

do um ato político, incorporando outros interesses atinentes a lutas por direitos sociais. Nesse momento, emergia a visibilidade de um coletivo orgânico que traduzia a condição de inferioridade numérica de representação.

A busca de ampliação de espaços no Congresso constitui uma das formas de atuação da bancada, conforme depoimento a seguir:

A bancada se fortaleceu desde 2000. Anos mais tarde quando me tornei coordenadora da bancada e conseguimos que o vice-presidente Michel Temer acatasse a sugestão do coletivo que era a de criar uma procuradoria da mulher. Estamos na discussão para a criação de uma secretaria da bancada feminina com estrutura física e funcional. Estamos na luta para que seja colocada em votação a PEC de Luiza Erundina, para que exista um espaço definido para as mulheres na mesa diretora. (Sandra Rosado, PSB, entrevista concedida em 5 abr. 2013)

Além de ser um espaço convergente de algumas demandas consensuais, expressivo de interesses das mulheres, a bancada pode ser um meio de fortalecimento das ações individuais das parlamentares que dela participam, tal como é exposto no depoimento a seguir:

Quando eu cheguei aqui vi a bancada muito articulada e fiquei feliz porque é um apoio que nós temos muito grande, porque somos poucas em relação ao universo dos deputados. Hoje, nós nos conhecemos todas pelo nome, então é um círculo de atuação que fortalece nosso trabalho. (Flávia Morais, PSDB, entrevista feita em 25 fev. 2013)

Sob a perspectiva de pensar a bancada como espaço estratégico de organização do trabalho político, é importante mencionar que ela não se restringe ao agenciamento de proposições e demandas. A bancada oportuniza a solidificação individual de parlamentares que pertencem a essa agremiação¹⁰, considerando-se que no interior do Congresso as mulheres podem fazer uso desse coletivo para ampliar espaços de atuação. O sentido de bancada remete à existência de mediações (OFFERLÉ, 1988) em sua variedade de expressão no âmbito da agenda política de parlamentares que integram agregados variados de interesses. Estes supõem, por outro lado, estratégias de coligação e afirmação, não estando previamente constituídos. É o caso de retomar a reflexão de Young (2006) sobre a importância de democracia parlamentar dotada de mecanismos capazes de potencializar a participação em processo decisório. Além de uma sociedade civil forte, que possa exigir respostas e fiscalizar as atividades das esferas representativas, a autora destaca a importância da democracia parlamentar dotada de mecanismos que potencializariam a participação e agremiação de temáticas.

As representantes podem também fazer uso da bancada para terem suas demandas orçamentárias atendidas. Tendo em conta que seus interesses são diversos, a bancada pode se utilizar de um poder conquistado para que novas demandas (não exclusivas de questões relacionadas ao gênero) sejam realizadas. Ações provenientes de outras esferas políticas podem adentrar nas proposições desse agrupamento, que tem a prerrogativa de aglutinar diferenças e fun-

10. Em 2011, a bancada feminina elegeu a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) como procuradora, e as deputadas Rosinha da Adefal (PT do B-AL), Flávia Morais (PDT-GO) e Sandra Rosado (PSB-RN), foram eleitas procuradoras adjuntas.

cionar como dispositivo com possibilidades variadas de atuação. Assim, a bancada pode constituir um mecanismo de organização por meio do qual as mulheres incrementam um trabalho político, dele se utilizando para fortalecer processos de reconhecimento e espaços efetivos de ampliação da representação, tal como está explícito no depoimento a seguir:

Esta bancada tem sua digital impressa em uma série de vitórias do movimento de mulheres no nosso país, desde a Assembleia Nacional Constituinte, onde tivemos os direitos conquistados como a licença maternidade e a minirreforma eleitoral que garantia 5% dos fundos partidários para as campanhas femininas. A bancada ganhou direitos como a presença no colégio de líderes, e agora estamos lutando pelo direito a ter uma mulher na Mesa Diretora, que é a PEC da Luíza Erundina. (Alice Portugal, PC do B/Bahia, entrevista feita em 29 abr. 2013)

Se as referências ao tema da violência convocam a bancada e promovem adesões amplas, os posicionamentos sobre o aborto exprimem as tensões de um coletivo permeado por diferenças ideológicas e partidárias. Desse modo, o sentido coletivo e simbólico que dá suporte à bancada sofre inflexões quando se trata de posicionar-se sobre o aborto, divisor de águas entre tendências, tal como pode ser visto na declaração a seguir:

Não existe uma *bancada feminina* porque até nos assuntos de interesses das mulheres, como o aborto, não tem consenso. Talvez exis-

ta um maior interesse das mulheres por trabalhos na área social, mas isso é ruim porque afasta as mulheres do debate global. (Dep. Luciana Genro, P-SOL/Rio Grande do Sul, entrevista feita em 16 mar. 2006)

Foi possível perceber que temas candentes, como o aborto, são muitas vezes omitidos de pautas, tendo em vista a divisão de oposições que ameaçam a vigência do coletivo bancada. Da mesma forma, a relação entre a bancada e os partidos não é dada *a priori*, havendo interações diversificadas. A heterogeneidade da bancada feminina é também percebida por conta das diferentes origens e engajamentos políticos de seus membros:

Eu participo agora da bancada. É importante, mas há também uma disputa, ela é muito heterogênea porque há mulheres que vêm de movimentos sociais. Mulheres que são força de governadores e mulheres com outra formação, com pensamento diferente. (Deputada Luci Choinacki, PT/Santa Catarina, entrevista feita em 20 fev. 2013)

Nas eleições de 2018, com 15% das cadeiras da Casa ocupadas por mulheres, em vez dos 10% vigentes nas legislaturas anteriores¹¹, a heterogeneidade partidária das representantes e as polaridades ideológicas estão mais acentuadas, tendo-se em conta o fato de que entre as deputadas eleitas em 2018, 9 são do PSL – partido do presidente Jair Bolsonaro – e 10 são do PT. Muito embora as diferenças ideológicas já estejam presentes no campo político, desde ges-

11. Nesses termos, a Câmara dos Deputados será composta por 77 mulheres na próxima legislatura (2019-2022) – o que representa 15% das cadeiras. Até então, as mulheres representavam apenas 10% do Parlamento, com 51 deputadas. Entre as eleitas, 43 ocuparão o cargo de deputada federal pela primeira vez (AFLADO, 2019).

tões anteriores, a situação mais recente indica potenciais pontos de inflexão¹².

Partindo-se do princípio de que bancada feminina mantém uma estratégia de agregação de interesses em torno de temáticas, que mais diretamente aparecem como sendo afeitas às mulheres, mover-se de modo não exclusivo no interior de coletivos dessa ordem implica também garantir a adesão de parlamentares homens, impedindo a fixação de mulheres em torno de um espaço tanto exclusivo como discriminado, conforme pode ser visto no depoimento a seguir:

Eu não quero uma *bancada feminina* porque o homem vai se sentir muito à vontade de dar a gente um lugarzinho, um gueto. Se alguém me perguntar se eu sou da bancada feminina, eu digo que não, eu faço parte do equilíbrio de gênero no Congresso, porque não deu certo o mundo principalmente masculino como não dará um mundo só de mulheres”. (Dep. Denise Frossard, PPS/Rio de Janeiro, entrevista feita em 6 abr. 2006)

O tema da bancada faz emergir, simultaneamente, as formulações de um trabalho político atravessado pela ideia de um coletivo suprapartidário que pode atuar estrategicamente, não obstante as tensões ou conflitos formulados na relação entre igualdade de gênero e ideologia partidária.

A heterogeneidade da bancada explicita ideais subjacentes à representação, evocando a articulação entre gênero e política (MIGUEL, 2001; PHILIPS, 2001). Trata-se de pensar sobre as possibilidades de uma política de ideias, independentemente de quem as defenda, em contraponto à política de presença que sustenta a necessidade de que

os grupos precisariam estar fisicamente representados para que suas demandas pudessem assegurar eficácia.

Se a bancada explícita em sua atuação as dissonâncias que cerceiam coletivos de gênero, as homenagens dirigidas às parlamentares reafirmam o trabalho político como unidade e coletividade: as mulheres uma a uma, e a história da representação no decorrer do tempo. As ritualidades do feminino no Parlamento apontam uma simbologia representativa interessante para se pensar no trabalho de mulheres em uma dinâmica tanto individual como coletiva.

4. Uma simbologia ritualizada do trabalho de mulheres parlamentares

Os testemunhos da atuação feminina no Congresso constituem uma espécie de ritual demonstrativo de presença a ser registrada. A ocupação dos cargos por representantes mulheres é percebida como conquista, evocando uma memória que testemunha o trabalho político de representantes mulheres no qual se destacam singularidades, enaltecimentos e evocações ao pioneirismo.

A estadia no Congresso durante a pesquisa, em data próxima ao Dia da Mulher (8 de março) permitiu a observação de alguns cenários. Nos corredores e salas especiais, viam-se exposições artísticas, acervos fotográficos voltados para apresentar ao público a atuação das parlamentares, incluindo lançamento de livros e homenagens especiais. A título de exemplo, a exposição intitulada “Mulheres no Parlamento”, realizada em homenagem ao mês das mulheres, apresentava fotos contendo momentos especiais de atuação política nos quais se percebiam

12. Conforme reportagem de Lara Haje, edição Márcia Becker, “Bancada feminina na Câmara sobre de 51 para 77”, disponível Camara.leg.br/noticias, de 8/10/2018. Consulta feita em 5 abr. 2019.

cenar de emoção, registros de deputadas intervindo em plenárias, apresentando veemência em suas declarações, além de outras imagens que buscavam valorizar a especificidade do trabalho de mulheres na política. O acervo apontava uma expressão dos sentimentos em situações especiais nas quais algumas representantes foram fotografadas chorando, gesticulando, enquanto argumentavam ou exprimiam imagens de tensão ou alegria. Tratava-se de um universo de situações que autenticava especificidades corporais e estéticas da mulher na política, simulando uma espécie de junção entre “corpo e sentimento”.

Era também na denotação da escassez, que o *site* do Senado Federal¹³ exibia discursos de senadoras, enfatizando o aspecto inaugural dessa forma de participação de mulheres no Congresso Nacional. Na constatação da raridade em que mulheres eram homenageadas exibindo marcas de um modo especial de estar na política, é possível, nesse sentido, pensar na formulação de um reconhecimento que traz em seu dizer uma demanda subjacente de ampliação da participação de mulheres em cargos de representação.

As considerações de Goffman (1987) sobre os registros de imagem do feminino na publicidade, sugerem as possibilidades de explorar os rituais como fonte perene de valores. Os rituais corporificados em imagens reafirmam lugares sociais e revelam modos de pensar e agir. No caso das representantes políticas, as homenagens, os registros fotográficos, as pinturas, as denúncias, enfim, as escolhas temáticas, corroboram para se pensar nesse espaço significativo de homenagem à mulher que evoca signos de luta, fragilidade, combatividade ou pioneirismo. As fotos comemorativas

do ano da mulher sugerem, em representações corporais, um conjunto de textos simbólicos narrados na exposição, segundo a intenção das fotografias:

No objetivo de revelar a presença da mulher no ambiente Legislativo, o caminho escolhido pelas fotógrafas Sônia Baiocchi e Anna Izabel foi a sensibilidade e a delicadeza, lentes da alma e do coração ajustadas ao olhar feminino. São imagens de mulheres corajosas que deixaram suas labutas domésticas, deixaram seus filhos amados aos cuidados de outra mulher, deixaram seus homens calados, sem reação diante da ousadia de ir ou vir, que lutam pela liberdade e vencem desafios com dedicação e persistência. Esses são retratos da mulher contemporânea que adentra o poder do salto alto para reivindicar seus direitos. São profissionais que, se necessário, curvam-se para atingir seus objetivos, rasgam a violência que deprime seus ideais, ajustam às novas tecnologias do mercado competitivo e sobressaem-se pela intuição. Elas retocaram seus batons e pintam suas unhas sem deixarem de ser guerreiras. Mulheres no Parlamento é o reflexo das conquistas femininas sem a perda da singularidade. É uma homenagem focada pelo olhar feminino que revela um diferencial nesses tempos modernos: sua própria beleza. (As fotografias)

O escrito apresentado em um painel revela ajustes de atributos femininos a requisitos oriundos da esfera política, apontando para um momento no qual os apelos à singularidade ou ao pioneirismo da participação vão estar presentes. As imagens que ilustram o texto das fotógrafas expõem mãos entrecruzadas em tensão, mãos levam-

13. <http://www.senado.gov.br>

tadas, olhares, lágrimas, momentos considerados decisivos de vitória, posse e defesa de propostas, exibindo representantes mulheres em extensões variadas. Os sinais associados à fortaleza da “luta” e à “fragilidade” das emoções produzem um terceiro elemento, que seria o da singularidade e disposição para ação. Tudo se passa como se o registro de uma presença atuasse como um significante de expressões simbólicas do trabalho parlamentar de mulheres. A visibilidade de práticas consideradas específicas atesta a possibilidade de ocupação de cargos e a medida de reconhecimento¹⁴.

Os destaques sobre a presença de mulheres no Congresso Nacional efetivaram-se também desde a publicação de biografias, enfatizando a importância do trabalho político de representantes como afirmação de singularidades. No caso das senadoras, o livro de biografias referiu-se às “mulheres que têm abrihantado e valorizado com sua presença produtiva e equilibradora a vida desta instituição sesquicentenária” (SENADORAS, Dados biográficos, 2004).

Como analisar o reconhecimento através de registros que enfatizam a raridade numérica da representação e o reforço à singularidade?

A instituição de uma questão de gênero que perpassa a homenagem faz com que diferentes mulheres sejam mencionadas como representantes de ações de destaque, tanto pelo pioneirismo como pela ocupação de funções de defesa de direitos sociais. O re-

alce de “mulheres combatentes”, exemplificadas na senadora Heloisa Helena, Jandira Feghali, Serys Shlessarenko, dignificaria a presença da mulher na política.

A construção de símbolos e estratégias discursivas, envolvendo as práticas políticas de mulheres, é reveladora de que estas não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político. Em várias entrevistas verificou-se, por exemplo, um discurso sobre as dificuldades de participação na política seguidas de declarações sobre êxitos. O fato de “chegar lá” já é percebido como sendo a transposição de interdições.

Considerações finais – Trabalho político e reconhecimento: amarrando alguns fios

Os registros simbólicos do trabalho de mulheres aqui apresentados, apontam dimensões de reconhecimento que merecem ser refletidas, considerando-se a existência de uma gramática normativa¹⁵ que não se reduz ao Congresso. Se o exercício de uma atuação política, já de saída, é portador de símbolos ou emblemas que têm por objetivo a construção de legitimidade, as mulheres representantes entram na arena com a complexidade do desejo de reconheci-

14. No âmbito de rituais afirmadores da presença de mulheres destaca-se a criação do Ano Internacional da Mulher, constituído por lei e efetivado por ações empreendidas através de comissão especial (Cemulher). As atividades previstas referiam-se a “programas com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade civil”.

15. A proposta de Honneth (2003) para pensar a luta por reconhecimento fundamenta-se no fortalecimento de uma gramática social normativa. A própria normatização é resultado de lutas por reconhecimento específicas, acumuladas e atualizadas, ao longo do tempo, na forma de direitos e deveres.

to. Ao invés de comparecerem apenas com a força das disposições partidárias ou de atributos associados e as diferentes formas de capital, adentram no cenário político com marcas de gênero: uma representante política é alguém que deve ser submetida à prova de competência – a capacidade de exercer bem o seu mandato político.

Práticas políticas de mulheres são também geradoras de estereótipos. O exame sobre o desempenho de representação ou mandato, geralmente não é feito a partir de uma pergunta dirigida pessoalmente à candidata, e sim ao gênero do qual ela faz parte: têm as mulheres condição de exercer cargos políticos? A indagação supõe que as mulheres não representam apenas o grupo de eleitores. São espécies de estreatantes numa prática cuja atuação servirá como medida de eficácia extensiva ao conjunto de pares. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o desenrolar de atribuições negativas associadas a uma condição de gênero, trazem elementos importantes para serem refletidos em novas pesquisas sobre as relações entre gênero e política.

No espaço das simbologias associadas à política, é possível observar mulheres representantes na condição de porta-vozes de segmentos que foram vítimas de algum tipo de discriminação. Destaca-se, nesse sentido, a construção de identidades baseadas em princípios, não só partidários, mas valorativos. As marcas dessa forma de representação evocam experiências subjetivas, tais como tragédias pessoais, por exemplo, de Rosinha da Adefal (PT do B), Mara Gabrilli (PSDB) e Keiko Ota (PSB).

O trabalho de mulheres na condição de representante política está, portanto, associado a uma série de ritualizações que aparece na constituição de discursos, na produ-

ção de imagens e outros símbolos dotados de características específicas.

É importante ressaltar, no entanto, que diferentes modelos femininos entram em cena dependendo dos espaços institucionais de atuação. Uma ritualização de lugares do feminino na política está condicionada ao jogo de forças em disputa, fazendo com que as mulheres representantes possam atuar como “bancada feminina” e em defesa de valores mais amplos que ultrapassam a condição de gênero. Isso leva a crer que as representantes mulheres são patenteadas por uma avalanche de signos valorativos, nos quais estarão presentes modos de classificação ou desclassificação típicos das diferentes formas de expressão simbólica efetivadas no âmbito do Congresso Nacional.

Se as instituições materializam a cadeia de ações políticas que se explicitam em leis, projetos e diferentes práticas sociais, concepções de mundo atuarão nesses espaços como subsídios para tomada de decisões. Discussões sobre desigualdades sociais e suas estratégias de correção, reflexões sobre as diferentes maneiras de encarar o mundo público e o privado vão estar aí presentes. O que poderia, entretanto, ser diagnosticado como expressão de uma “forma feminina de atuar na política” pode ser objeto de uma maior complexidade.

Dimensões valorativas advindas de diferentes matrizes (religiosas, partidárias ou circunscritas a diferenças de gênero) se expressam através de formas variadas de entrelaçamentos, resistindo a uma ótica generalizante ou polarizada. Se a “participação de mulheres” pode refletir modos convergentes de atuar na política, certamente outras expressões pautadas na diversidade vão estar presentes. A título de exemplo, trajetórias semelhantes referentes à participação anterior das mesmas em movimentos

sociais, pode instituir um espaço de aglutinação de práticas e apoios a determinados projetos. É possível aventar a hipótese de que as formas de constituição de um capital político incidem na defesa de “causas” que se efetivam no contexto dos direitos sociais. Emerge nesse contexto, a construção de um espaço discursivo que pode, paradoxalmente, afirmar especificidades e singularizar modos de atuação, reproduzindo, todavia, preconceitos que cerceiam os limites de atuação das mulheres na política.

Práticas instituídas em forma de *habitus* (BOURDIEU, 1989), práticas instituintes e estratégias fundamentadas em valores integram o quadro das práticas políticas efetivadas no Congresso Nacional, indicando o que pode ser nomeado de “cultura política”. Considero, no entanto, mais fecundo, do ponto de vista da pesquisa, sair da perspectiva muitas vezes engessadora do conceito de “cultura política”, verificando como certas dimensões valorativas podem ou não ser operadas no campo da política. Pesquisas recentes têm revelado como a experiência política parlamentar, baseada na tradição, repercute sobre os padrões de recrutamento na escolha dos postos de presidência, lideranças e presidência de comissões. Com base nessa constatação, é possível pensar que estratégias de defesa institucional podem reproduzir a escolha de representantes do sexo masculino (SANTOS, 2001).

Outras especificidades do Congresso Nacional emergem no plano das ritualidades e retóricas. O uso da palavra, a linguagem formal, o “dom da oratória”, contribuem na formação de perfis políticos. É nesse contexto que algumas mulheres passam a ter lugar de destaque, notabilizando-se pela defesa de princípios ou direitos sociais. O “lugar da tribuna”, o espaço menos visível das negociações e as diretrizes partidárias inci-

dem sobre as dinâmicas efetivadas no cotidiano institucional.

Papéis sociais materializam-se também em perfis políticos baseados no desempenho de senadoras e deputadas. Atribuições construídas sobre a existência de parlamentares “combatentes”, “engajadas”, ou “honestas” e “corajosas” povoam as imagens que se difundem no âmbito interno das instituições representativas e nos meios e comunicação de massa. A defesa de determinadas causas percebidas como estando no campo da solidariedade, a afirmação das minorias e a instituição de direitos sociais contribuem na mesma direção, para o sentido de uma “bancada feminina” que se explicita para além das diferenciações partidárias, das eventuais cisões ou existência de correntes políticas.

Foi observado na pesquisa, que o reconhecimento ocorre através da visibilidade e construção de espaços que visam a superação das desigualdades de participação no trabalho parlamentar. A bancada feminina trabalha com estratégias visando fortalecer demandas específicas capazes, também, de se articularem a causas universais. A busca de reconhecimento traz o desafio de superar, tanto o pioneirismo como a lógica restrita de identidade que pode reduzir a participação a lugares exclusivos de mulheres. O reconhecimento provoca, portanto, a necessidade de reduzir os enquadramentos etnocêntricos de natureza cultural, unindo especificidades a causas universais sem exclusão das tarefas impostas a uma política da presença (FRASER, 2006). A autora associa o reconhecimento à paridade de participação que supõe padrões institucionalizados e valores culturais que garantem oportunidade para o alcance de estima social.

Embora considerando ser redutora a assertiva de que o Congresso reproduz a divi-

são do trabalho vigente em outros espaços sociais, não é possível também pensar que a representação parlamentar implica a superação das experiências anteriores de desigualdades sociais. É nesses termos que se coloca a importância de refletir sobre as simbologias e atribuições de identidade, que se apresentam nas homenagens e nos modos de organização do trabalho de representação.

Referências

AFLADO, H. A. Mais mulheres no Congresso Nacional: um avanço que pode significar retrocesso. *Jornal O Estado de São Paulo*. 15 jan. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/mais-mulheres-no-congresso-federal-um-avanco-que-pode-significar-retrocesso/>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. SEMINÁRIO TEMÁTICO 29: Relações de poder e de gênero*. Florianópolis, 2008.

ARAUJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

_____. Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 2, p. 23-59, 2009.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer, palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Ed. da Unesp, 2001.

BARREIRA, I. "Ritualisations du féminin lors d'une campagne électorale au Brésil". *Anthropologie et Sociétés (Politique, réflexivité, psychanalyse)*, La-val/Québec, v. 25, n. 3, p. 31-49, 2001.

_____. *Imagens ritualizadas, apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. São Paulo: Pontes, 2008.

BARREIRA, I.; NILIN D. G. "Presença" e "ausência" de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários". In: EUSTÁQUIO, J. D. A.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO F. (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010, 2012*, p. 315-336.

BAILEY, F. G. *Les regles du jeu politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 163-207.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *La misere du monde*. Paris: Seuil, 1993.

_____. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 2013.

CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion, le nouveau jeu politique*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.

COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 73, p. 29-40, jun. 1988.

CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Rev. Sociol. Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010.

COSTA, M. C. S. *Os caminhos da casa*. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980, 286 f.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era "pós socialista". Tradução de Júlio Assis Simão. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

GOFFMAN, E. *Façons de parler*, Paris: Les éditions de Minuit, 1987.

- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LAGRAVE, R. M. *Recherches Féministes ou Recherches sur les Femmes? Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 83, Paris: Éditions de Minuit, p. 27-39, 1990.
- MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201- 221, 2009.
- MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100015c>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- OFFERLÉ, M. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Mointchristsien, 1998.
- PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, p. 268-290, 2001.
- PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no Legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n.1, p. 178-208, jan./abr. 2018.
- REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 43, p. 233-263, 2014.
- REIS, E. T.; BARREIRA, I. A. F. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo n. 86, p. 36-67, 2018.
- SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v.15, n. 2, p. 306-332, 2009.
- SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, 2001.
- SFEZ, L. *La Symbolique Politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- Senadoras: dados biográficos: 1979-2004**, Subsecretaria de Arquivo, Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/82007>>. Acesso em: 27 abr. 2019
- VOGEL, L. *As frentes parlamentares e a cultura política em defesa dos direitos humanos*. Brasília. Camara dos Deputados, 2005.
- YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, p.139-190, 2006.

RESUMO

O artigo retoma informações de pesquisa realizada no Congresso Nacional, baseando-se também em outros estudos empíricos que atentam para problemáticas concernentes ao trabalho político de parlamentares, ao longo da última década. O trabalho parlamentar é focado em seu realce mais simbólico, atentando para os seguintes aspectos: modos discursivos de apresentação de si, entendidos pela maneira como as mulheres interpretam sua entrada no Parlamento, o espaço de organização do coletivo “bancada feminina” e as formas ritualizadas de expor a atuação política de mulheres na história do Congresso. São situações que registram diferentes práticas e percepções relacionadas à busca de reconhecimento e expressão do trabalho parlamentar. O artigo explora as estratégias de organização e de reconhecimento que acompanham o trabalho de mulheres em cargos de representação política que implicam em investimentos e formas estratégicas de organizar demandas.

PALAVRAS-CHAVES

Mulheres. Trabalho Político. Reconhecimento. Representação.

ABSTRACT

The article analysed the political work of women parliamentarians over the last decade, based in research carried out at the National Congress and other empirical studies. The parliamentary work is focused on its most symbolic enhancement, focusing on the following aspects: discursive modes of self-presentation, understood by the way women interpret their entry into Parliament, the organizational space of the collective “bancada feminina” and ritualized forms to expose the political action of women in the history of the National Congress. These are situations that register different symbolic practices and perceptions related to the search for recognition and expression of parliamentary work. The article explores the strategies of organization and recognition that accompany the work of women in positions of political representation that imply investments and symbolic ways of organizing demands.

KEY WORDS

Women. Political Work. Recognition. Representation.

Recebido em: 24/10/2019

Aprovado em: 06/04/2020